

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.695 - RN (2018/0310719-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JONAS GOMES DE ARAUJO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* sem pedido liminar interposto por JONAS GOMES DE ARAUJO contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (HC n. 0000199-16.2018.4.05.0000).

Consta dos autos que o recorrente foi condenado, pela prática dos crimes de roubo e de extorsão mediante sequestro, à pena de 26 anos de reclusão e ao pagamento de 360 dias-multa. Após o trânsito em julgado da sentença condenatória, foi expedido mandado de prisão.

Inconformado, o recorrente impetrou *habeas corpus* sob a alegação de não ser a pessoa que praticou o crime. Sustentou, em síntese, que foi condenado na ação criminal, conquanto não tenha conhecimento acerca do processo, afirmando que, "*apesar de ter sido expedido o mandado de prisão desde meados do ano de 2013, só teve conhecimento da ação penal quando tentou regularizar o seu título eleitoral*" (e-STJ fls. 3/4).

Sustentou, ainda, que, "*na data dos fatos criminosos, ocorridos na Cidade de Natal, encontrava-se residindo na Cidade de São Paulo-SP, onde mantinha contrato de trabalho com a empresa PLASTEMA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA*" (e-STJ 218). Extraí-se dos autos que o Tribunal de origem denegou a ordem, concluindo pela impossibilidade de exame da questão (e-STJ fls. 218/225).

Nas razões da presente insurgência, a Defensoria Pública argumenta que "*o paciente desconhece totalmente os fatos narrados, pois reside em São Paulo, nunca esteve no Rio Grande do Norte, nunca foi preso em flagrante, ou sofreu prisão preventiva ou sequer passou por interrogatório judicial. Em outras palavras, o paciente não é o mesmo indivíduo que cometeu os crimes em tela e foi julgado e condenado pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte*" (e-STJ fl. 232).

Alega que, *"apesar dos dados (RG, CPF, data de nascimento e filiação) apresentados pela pessoa que se portava como ré na ação penal referente aos fatos criminosos narrados serem idênticos aos do paciente, cuidam-se de indivíduos distintos. Constatase o afirmado pelo singelo confronto visual entre as fotografias dos documentos pessoais do paciente (Carteiras de Identidade e CTPS anexas) e as fotografias da pessoa presa em flagrante em razão dos fatos narrados [...]"* (e-STJ fl. 234).

Afirma *"que todos os atos processuais - inclusive o interrogatório (fls. 37-38 do processo de nº 0004004-85.2004.4.05.840) - desenvolveram-se em torno de pessoa de identidade física diversa da do paciente, da qual, após concessão de liberdade provisória (fl. 88 do processo de nº 0004004-85.2004.4.05.840), não se teve mais notícias"* (e-STJ fl. 235).

Defende que foram apresentadas provas constituídas, pois as fotografias anexadas ao pedido comprovam as diferenças entre o recorrente e a pessoa condenada nos autos da ação penal em questão, bem como que os documentos apresentados demonstram que o paciente trabalhava em São Paulo por ocasião da data da prisão em flagrante (e-STJ fl. 238).

Salienta que, conforme precedente do STF, *"em sede de habeas corpus não cabe instrução regular do processo, mas cabe instrução excepcional do processo, desde que surjam dúvidas na análise das provas pré-constituídas apresentadas junto ao pedido de habeas corpus"*, asseverando, assim, que, estando o pedido instruído com provas pré-constituídas, não pode ser denegado sob fundamento da necessidade de instrução probatória, pois caberia ao tribunal realizar as diligências necessárias a sanar dúvida advinda da leitura dos documentos juntados à impetração (e-STJ fl. 238).

Conclui, assim, ser evidente o constrangimento ilegal perpetrado contra o recorrente, uma vez que *"há mandado de prisão expedido em seu nome fundamentado em ação penal promovida contra terceiro"* (e-STJ fl. 239).

Diante do exposto, requer a reforma do acórdão impugnado.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas*

corpus (e-STJ fls. 261/263).

É, em síntese, o relatório.

No caso dos autos, o Tribunal de origem denegou a ordem sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 221/222):

O presente remédio constitucional se volta ao reconhecimento da ilegalidade da expedição de mandado de prisão em desfavor do paciente em razão da divergência de identidade com o acusado condenado.

O fundamento fático que ampara a impetração do presente habeas corpus demanda, dessa feita, a imprescindível produção de provas e instrução a fim de que se obtenha a tutela liberatória.

Se por um lado a obtenção do salvo conduto se mostra possível através da utilização do habeas corpus, por outro esse se mostra viável quando evidente a demonstração da ilegalidade ou abuso de poder contra a liberdade do indivíduo.

Evidencia-se, pois, que o suporte fático que ampara a tutela constitucional não é suportada pelo rito do habeas corpus, de modo que insustentável a análise do pleito na via estreita mandamental.

Como se não bastasse inexiste qualquer insurgência perante a autoridade apontada como coatora, que se restringiu a dar cumprimento a decisão judicial condenatória transitada em julgado, que teria mais recursos processuais e fáticos para realizar o confronto entre os documentos do paciente e a identificação do acusado no momento de sua prisão.

[...]

Verifica-se inclusive a ausência da mera possibilidade de exame da suposta ofensa ao direito de ir e de vir do paciente, de forma que inexiste substrato fático para utilização do remédio heroico constitucional, em face do que se autoriza a rejeição do habeas corpus.

Considerando que o habeas corpus pode ser impetrado a qualquer momento e não existe sequer forma pré-estabelecida ou legitimidade específica, é devida a denegação da ordem.

III DISPOSITIVO

Denego o habeas corpus (grifei).

Colhe-se, ainda, do parecer do Ministério Público Federal, que a alegação *"envolve exame aprofundado de provas, a fim de verificar se o indivíduo condenado pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte, na Ação Penal nº 2004.84.00.004004-2, é, ou não, o recorrente. Trata-se de fatos controversos que*

exigem dilação probatória, que não é compatível com o procedimento especial do habeas corpus" (e-STJ fl. 263, grifei).

Com efeito, deve-se asseverar que a controvérsia trazida no presente recurso nem sequer foi apreciada pelas instâncias ordinárias, tendo o Tribunal *a quo* denegado o *writ* originário em razão da inexistência de insurgência perante a autoridade ali apontada como autora, bem como da impossibilidade de exame da suposta ofensa ao direito de ir vir do recorrente. Dessa maneira, o exame de tal questão pelo Superior Tribunal de Justiça, sobrepujando a competência da Corte estadual, implicaria indevida supressão de instância e violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA, E NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. ILEGALIDADE. NÃO CONFIGURADA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESTA PARTE, IMPROVIDO.

1. Matéria não apreciada pelo Tribunal a quo, também não pode ser objeto de análise nesta Superior Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

3. Recurso em habeas corpus parcialmente conhecido, e, nesta parte, improvido. (RHC 68.025/MG, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 25/05/2016.)

À vista do exposto, **não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator